DIÁRIO OFICIAL
MUNICÍPIO DE SEVERÍNIA

Conforme Lei Municipal nº 2.219, de 02 de fevereiro de 2017

www.severinia.sp.gov.br | www.imprensaoficialmunicipal.com.br/severinia

SUMÁRIO

Poder Executivo 2
Atos Oficiais 2
Portarias 2
Licitações e Contratos 6
Chamamento Público 6
Aditivos / Aditamentos / Supressões 59
Editais 60

EXPEDIENTE

O Diário Oficial do Município de Severinia, veiculado exclusivamente na forma eletrônica, é uma publicação das entidades da Administração Direta e Indireta deste Município, sendo referidas entidades inteiramente responsáveis pelo conteúdo aqui publicado.

ACERVO

As edições do Diário Oficial Eletrônico de Severinia poderão ser consultadas através da internet, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.severinia.sp.gov.br
Para pesquisa por qualquer termo e utilização de filtros, acesse www.imprensaoficialmunicipal.com.br/severinia
As consultas e pesquisas são de acesso gratuito e independente de qualquer cadastro.

ENTIDADES

Prefeitura Municipal de Severinia
CNPJ 46.596.235/0001-99
Rua Capitão Augusto de Almeida, 332
Telefone: (17) 3817-3300
Site: www.severinia.sp.gov.br
Diário: www.imprensaoficialmunicipal.com.br/severinia

Câmara Municipal de Severinia
CNPJ 51.359.800/0001-34
Rua Dr. Salomão Galib Tannuri, 310
Telefone: (17) 3817-2110
Site: www.camaraseverinia.sp.gov.br

Serviço Autônomo de Água e Esgoto do Município de Severínia SAAE
CNPJ 01.819.471/0001-99
Praça Antonio Augusto A. Fortes, S/N - Centro
Telefone: (17) 3817-2003

Instituto de Previdência Municipal de Severínia
CNPJ 07.216.942/0001-50
Rua Capitão Augusto de Almeida, 395
Telefone: (17) 3817-22020
Site: www.ipremseverinia.com.br

Diário Oficial Assinado Eletronicamente com Certificado Padrão ICPBrasil, em conformidade com a MP nº 2.200-2, de 2001

O Município de Severinia garante a autenticidade deste documento, desde que visualizado através do site www.severinia.sp.gov.br

Compilado e também disponível em www.imprensaoficialmunicipal.com.br/severinia

PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Portarias

PORTARIA Nº 12.588, DE 14 DE JANEIRO DE 2026.

- Dispõe sobre contratação temporária de pessoal.

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI, Prefeito Municipal de Severínia, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - **CONTRATAR**, nos termos da Lei Municipal n° 2.954, de 04 de agosto de 2025, a partir desta data, **JOANA D ARC PANELLA PEGUIM**, RG. nº. 34.638.127-7, para exercer, no período de 14/01/2026 a 18/12/2026, a função de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO – MONITOR**, em caráter temporário e a título precário, para o qual foi habilitada mediante Processo Seletivo Simplificado nº 30/2025 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, aprovado em 01º lugar, fazendo jus aos vencimentos mensais fixados pela referencia "A", aprovado pela Lei nº 2.309, de 05 de abril de 2018.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Severínia, em 14 de janeiro de 2.026.

_____

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI
Prefeito Municipal

Cleuza Aparecida de Oliveira, na qualidade de Chefe de Gabinete, provi o registro na Secretaria Municipal e publiquei no Diário Oficial Eletrônico desta Municipalidade.

_____

CLEUZA APARECIDA DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

.....

PORTARIA Nº 12.589, DE 14 DE JANEIRO DE 2026.

- Dispõe sobre contratação temporária de pessoal.

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI, Prefeito Municipal de Severínia, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - **CONTRATAR**, nos termos da Lei Municipal n° 2.954, de 04 de agosto de 2025, a partir desta data, **MARCIA HELENA FRAGOAS SERRA**, RG. nº. 43.206.100-9, para exercer, no período de 14/01/2026 a 18/12/2026, a função de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO – MONITOR**, em caráter temporário e a título precário, para o qual foi habilitada mediante Processo Seletivo Simplificado nº 30/2025 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, aprovado em 02º lugar, fazendo jus aos vencimentos mensais fixados pela referencia "A", aprovado pela Lei nº 2.309, de 05 de abril de 2018.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Severínia, em 14 de janeiro de 2.026.

_____

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI
Prefeito Municipal

Cleuza Aparecida de Oliveira, na qualidade de Chefe de Gabinete, provi o registro na Secretaria Municipal e publiquei no Diário Oficial Eletrônico desta Municipalidade.

_____

CLEUZA APARECIDA DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

.....

PORTARIA Nº 12.590, DE 14 DE JANEIRO DE 2026.

- Dispõe sobre contratação temporária de pessoal.

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI, Prefeito Municipal de Severínia, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - **CONTRATAR**, nos termos da Lei Municipal n° 2.954, de 04 de agosto de 2025, a partir desta data, **CLEIDE ANE BITENCOURT RAMOS**, RG. nº. 44.683.518-3, para exercer, no período de 14/01/2026 a 18/12/2026, a função de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO – MONITOR**, em caráter temporário e a título precário, para o qual foi habilitada mediante Processo Seletivo Simplificado nº 30/2025 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, aprovado em 03º lugar, fazendo jus aos vencimentos mensais fixados pela referencia "A", aprovado pela Lei nº 2.309, de 05 de abril de 2018.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Severínia, em 14 de janeiro de 2.026.

_____

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI
Prefeito Municipal

Cleuza Aparecida de Oliveira, na qualidade de Chefe de Gabinete, provi o registro na Secretaria Municipal e publiquei no Diário Oficial Eletrônico desta Municipalidade.

_____

CLEUZA APARECIDA DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

.....

PORTARIA Nº 12.591, DE 14 DE JANEIRO DE 2026.

- Dispõe sobre contratação temporária de pessoal.

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI,

Prefeito Municipal de Severínia, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - **CONTRATAR**, nos termos da Lei Municipal n° 2.954, de 04 de agosto de 2025, a partir desta data, **JULIA MARTINS DE ARAUJO**, RG. nº. 55.038.590-3, para exercer, no período de 14/01/2026 a 18/12/2026, a função de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO – MONITOR**, em caráter temporário e a título precário, para o qual foi habilitada mediante Processo Seletivo Simplificado nº 30/2025 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, aprovada em 04º lugar, fazendo jus aos vencimentos mensais fixados pela referencia "A", aprovado pela Lei nº 2.309, de 05 de abril de 2018.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Severínia, em 14 de janeiro de 2.026.

_____

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI
Prefeito Municipal

Cleuza Aparecida de Oliveira, na qualidade de Chefe de Gabinete, provi o registro na Secretaria Municipal e publiquei no Diário Oficial Eletrônico desta Municipalidade.

_____

CLEUZA APARECIDA DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

.....

PORTARIA Nº 12.592, DE 14 DE JANEIRO DE 2026.

- Dispõe sobre contratação temporária de pessoal.

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI, Prefeito Municipal de Severínia, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - **CONTRATAR**, nos termos da Lei Municipal n° 2.954, de 04 de agosto de 2025, a partir desta data, **PRISCILA PERPETUA FONSECA**, RG. nº. 41.122.401-3, para exercer, no período de 14/01/2026 a 18/12/2026, a função de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO – MONITOR**, em caráter temporário e a título precário, para o qual foi habilitada mediante Processo Seletivo Simplificado nº 30/2025 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, aprovada em 05º lugar, fazendo jus aos vencimentos mensais fixados pela referencia "A", aprovado pela Lei nº 2.309, de 05 de abril de 2018.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Severínia, em 14 de janeiro de 2.026.

_____

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI
Prefeito Municipal

Cleuza Aparecida de Oliveira, na qualidade de Chefe de Gabinete, provi o registro na Secretaria Municipal e publiquei no Diário Oficial Eletrônico desta Municipalidade.

_____

CLEUZA APARECIDA DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

.....

PORTARIA Nº 12.593, DE 14 DE JANEIRO DE 2026.

- Dispõe sobre contratação temporária de pessoal.

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI, Prefeito Municipal de Severínia, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - **CONTRATAR**, nos termos da Lei Municipal n° 2.954, de 04 de agosto de 2025, a partir desta data, **STEFANIE FERNANDA DUTRA**, RG. nº. 40.654.409-8, para exercer, no período de 14/01/2026 a 18/12/2026, a função de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO – MONITOR**, em caráter temporário e a título precário, para o qual foi habilitada mediante Processo Seletivo Simplificado nº 30/2025 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, aprovada em 06º lugar, fazendo jus aos vencimentos mensais fixados pela referencia "A", aprovado pela Lei nº 2.309, de 05 de abril de 2018.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Severínia, em 14 de janeiro de 2.026.

_____

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI
Prefeito Municipal

Cleuza Aparecida de Oliveira, na qualidade de Chefe de Gabinete, provi o registro na Secretaria Municipal e publiquei no Diário Oficial Eletrônico desta Municipalidade.

_____

CLEUZA APARECIDA DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

.....

PORTARIA Nº 12.594, DE 14 DE JANEIRO DE 2026.

- Dispõe sobre contratação temporária de pessoal.

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI, Prefeito Municipal de Severínia, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - **CONTRATAR**, nos termos da Lei Municipal n° 2.954, de 04 de agosto de 2025, a partir desta data, **JESSICA APARECIDA LEANDRO**, RG. nº. 53.963.463-3, para exercer, no período de 14/01/2026 a 18/12/2026, a função de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO – MONITOR**, em caráter temporário e a título precário, para o qual foi habilitada mediante Processo Seletivo Simplificado nº 30/2025 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, aprovada em 07º lugar, fazendo jus aos

vencimentos mensais fixados pela referencia “A”, aprovado pela Lei nº 2.309, de 05 de abril de 2018.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Severínia, em 14 de janeiro de 2.026.

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI
Prefeito Municipal

Cleuza Aparecida de Oliveira, na qualidade de Chefe de Gabinete, provi o registro na Secretaria Municipal e publiquei no Diário Oficial Eletrônico desta Municipalidade.

CLEUZA APARECIDA DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

.....

PORTARIA Nº 12.595, DE 14 DE JANEIRO DE 2026.

- Dispõe sobre contratação temporária de pessoal.

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI, Prefeito Municipal de Severínia, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - **CONTRATAR**, nos termos da Lei Municipal n° 2.954, de 04 de agosto de 2025, a partir desta data, **SELMA NEVES VIEIRA**, RG. nº. 43.206.450-3, para exercer, no período de 14/01/2026 a 18/12/2026, a função de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO – MONITOR**, em caráter temporário e a título precário, para o qual foi habilitada mediante Processo Seletivo Simplificado nº 30/2025 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, aprovada em 08º lugar, fazendo jus aos vencimentos mensais fixados pela referencia “A”, aprovado pela Lei nº 2.309, de 05 de abril de 2018.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Severínia, em 14 de janeiro de 2.026.

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI
Prefeito Municipal

Cleuza Aparecida de Oliveira, na qualidade de Chefe de Gabinete, provi o registro na Secretaria Municipal e publiquei no Diário Oficial Eletrônico desta Municipalidade.

CLEUZA APARECIDA DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

.....

PORTARIA Nº 12.596, DE 14 DE JANEIRO DE 2026.

- Dispõe sobre contratação temporária de pessoal.

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI, Prefeito Municipal de Severínia, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - **CONTRATAR**, nos termos da Lei Municipal n° 2.954, de 04 de agosto de 2025, a partir desta data, **TAMIRES APARECIDA DA CUNHA BITENCOURT**, RG. nº. 40.680.133-2, para exercer, no período de 14/01/2026 a 18/12/2026, a função de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO – MONITOR**, em caráter temporário e a título precário, para o qual foi habilitada mediante Processo Seletivo Simplificado nº 30/2025 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, aprovada em 09º lugar, fazendo jus aos vencimentos mensais fixados pela referencia “A”, aprovado pela Lei nº 2.309, de 05 de abril de 2018.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Severínia, em 14 de janeiro de 2.026.

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI
Prefeito Municipal

Cleuza Aparecida de Oliveira, na qualidade de Chefe de Gabinete, provi o registro na Secretaria Municipal e publiquei no Diário Oficial Eletrônico desta Municipalidade.

CLEUZA APARECIDA DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

.....

PORTARIA Nº 12.597, DE 14 DE JANEIRO DE 2026.

- Dispõe sobre contratação temporária de pessoal.

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI, Prefeito Municipal de Severínia, Estado de São Paulo, usando das atribuições legais;

R E S O L V E:

ARTIGO 1º - **CONTRATAR**, nos termos da Lei Municipal n° 2.954, de 04 de agosto de 2025, a partir desta data, **GEIZA MARIA DE JESUS**, RG. nº. 15.916.340-40, para exercer, no período de 14/01/2026 a 18/12/2026, a função de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO – MONITOR**, em caráter temporário e a título precário, para o qual foi habilitada mediante Processo Seletivo Simplificado nº 30/2025 – Secretaria Municipal de Educação e Cultura, aprovada em 10º lugar, fazendo jus aos vencimentos mensais fixados pela referencia “A”, aprovado pela Lei nº 2.309, de 05 de abril de 2018.

ARTIGO 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Severínia, em 14 de janeiro de 2.026.

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI
Prefeito Municipal

Cleuza Aparecida de Oliveira, na qualidade de Chefe de Gabinete, provi o registro na Secretaria Municipal e publiquei no Diário Oficial Eletrônico desta Municipalidade.

_____
CLEUZA APARECIDA DE OLIVEIRA
Chefe de Gabinete

.....

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 01/2026

O **MUNICÍPIO DE SEVERÍNIA - SP**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 46.596.235/0001-99, com sede administrativa na Rua Capitão Augusto de Almeida, n° 332, na cidade de Severínia/SP, por seu Prefeito Municipal, o Sr. Guilherme Augusto de Almeida Secchieri, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, posteriormente regulamentada e revisada pelo Decreto Federal nº 11.948/2024; em confomidade com a Lei Federal nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, alterada pela de nº 12.435, de 06 de julho de 2011 - Lei Orgânica de Assistência Social - LOAS, considerando também, a NOB/RH-2009 e Resolução CNAS nº 33/2012 que aprova a Norma Operacional Básica da Assistência Social - NOB/SUAS de 2012; a Resolução CNAS nº 109 de 11 de novembro de 2009 - que aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais e a Resolução CNAS nº 14 de 15 de maio de 2014 - que define os parâmetros nacionais para a inscrição das entidades ou organizações de assistência social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais nos Conselhos de Assistência Social e RESOLUÇÃO CMAS Nº 197, de 07 de outubro de 2021**, TORNA PÚBLICO** o presente Edital de **Chamamento Público** visando à seleção de organizações da sociedade civil interessada em celebrar termo de colaboração cujas finalidades estatutárias atendam aos objetivos dos ***serviços socioassistenciais das famílias com pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade socioeconomica e fragilidade de vínculos familiares*****, *no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade para o ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).***

1. DO PROPÓSITO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO

1.1. A finalidade do presente **Chamamento Público** é dar transparência pública no processo de seleção de propostas apresentadas pelas orgnizações da sociedade civil, devidamente regulamentadas e com finalidade estatutária voltada para a oferta de serviços socioassistenciais às famílias com pessoas com deficiencia , visando a celebração de parceria com a **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SEVERÍNIA/SP**, por meio da formalização de Termo de Colaboração para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à Organização da Sociedade Civil (OSC), conforme condições estabelecidas neste Edital.

1.2. O procedimento de seleção reger-se-á pela Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, posteriormente regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.726, de 27 de abril de 2.016 e revisada pelo Decreto nº 11.948/2024 e pelos demais normativos aplicáveis, além das condições previstas neste Edital.

1.3. A Comissão de Políticas Públicas a ser criada pela Secretaria Municipal de

Assistência Social, ficará com as atribuições técnicas-administrativas do processo de seleção das propostas, tanto quanto forem necessárias, observada a ordem de classificação, a disponibilidade orçamentária para a celebração do Termo de Colaboração, bem como, a quantidade de vagas ofertadas.

2. OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

2.1. O Termo de Colaboração terá por objeto a concessão de apoio da administração pública para a execução indireta do Serviço de Proteção Social Especial às Famílias com Pessoas com Deficiência, no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade.

3. JUSTIFICATIVA

A Lei Orgânica da Assistência Social tem como um dos objetivos na política de proteção social a garantia da vida, a redução de danos e a prevenção de riscos, especialmente voltada para a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária. Paralelamente, referendando a Tipologia Nacional de Serviços Socioassistenciais, na Política de Proteção Social Especial de Média Complexidade, que tem como um dos objetivos: promover a autonomia e a melhoria de qualidade de vida de pessoas com deficiência e suas famílias, assegurando o direito à convivencia familiar e comunitária.

Considerando, a lei nacional de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em seu artigo 8º (oitavo), dispõe que é dever do Estado, da Sociedade e da Família assegurar à pessoa com deficiência, com prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à sexualidade, à paternidade e à maternidade, à alimentação, à habitação, à educação, à profissionalização, ao trabalho, à previdência social, à habilitação e à reabilitação, ao transporte, à acessibilidade, à cultura, ao desporto, ao turismo, ao lazer, à informação, à comunicação, aos avanços científicos e tecnológicos, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, entre outros decorrentes da Constituição Federal, da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo e das leis e de outras normas que garantam seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Consideramos ainda, de maneira complementar, o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, instituído pelo Decreto Nº 7.612, de 17 de novembro de 2011, estabelece, entre outros objetivos, o de garantir o acesso das pessoas com deficiência aos direitos básicos, como saúde, educação, transporte público, qualificação profissional, mercado de trabalho e moradia.

Considerando os autos, propomos ações de integração entre o público e o privado, através da celebração de parcerias com organizações sem fins economicos, em plena capacidade técnica-administrativa e gerencial, regularizadas funcionalmente e legalmente, nas tres esferas governamentais, estando aptas para concorrerem ao processo de Seleção de OSCs, por meio do Chamamento

Público-Termo de Colaboração; mediante a apresentação de Plano de Trabalho/Projeto compativel aos *serviços socioassistenciais às famílias com pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade socioeconomica e fragilidade de vínculos familiares; entre outros documentos complementaraes, conforme as disposições deste Edital.*

Considerando finalmente, que os procedimentos a serem adotados pela Prefeitura Municipal de Severínia, estão de acordo com as legislações vigentes para tal fim, formalizando essa parceria em estrita consonância com as normativas nacionais que estabelecem a política de cofinancimento – transferência de recursos financeiros do FMAS – Tesouro, para tornar exequivel a inclusão social das famílias com pessoas com deficiência, uma vez que, o propósito é viabilizar o acesso dos usuários em sistema de igualdade, dignidade, respeito à diversidade e pluralidade; de forma contínua e sistemáticada na política de proteção social especial de média complexidade na esfera regional de maior proximidade geográfica de Severínia- SP.

4. CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO.

O Serviço de Proteção Social Especial de Média Complexidade tem como finalidade prestar atendimento às familias com pessoas com deficiência, devidamente inseridas no Cadúnico e as Famílias no PAEFI, com direito de inclusão das pessoas com deficiência, em organizações da sociedade civil sem fins econômicos, cujas finalidades estatutárias estão em consonância com a tipologia nacional de serviços socioassistenciais na média complexidade, voltada para atender as necessidades das pessoas com deficiência, com sede na esfera regional de proximidade geográfica com o município de Severínia- SP.
Os serviços especializados devem compreender: acolhida, recepção, informação, comunicação e defesa de direitos, orientação sociofamiliar, estudo social, elaboração de prontuários e diagnósticos, plano individual/familiar, cuidados pessoais, oficinas complementares de habilitação e reabilitação e oficinas de convivência grupal – comunitária. A OSC deve manter de forma periódica contatos e reuniões com os profissionais da Secretaria Municipal de Assistência Social e CREAS, com fins de monitoramento e avaliação da oferta dos serviços prestados, visando a garantia de direitos, a construção da autonomia, a prevenção do isolamento social da pessoa com deficiência, a orientação quanto as rotinas do cuidador familiar, e outros serviços com tecnologias assistivas; assegurando qualidade de vida.

5. OBJETIVOS DAPARCERIA

Prestar serviços na política de proteção social especial de média complexidade,

voltada ao atendimento das demandas advindas das famílias com pessoas com deficiência, em situação de vulnerabilidade e fragilidade dos vínculos familiares, de forma indireta, por meio de parcerias com organizações da sociedade civil sem fins econômicos; visando assegurar melhoria de qualidade de vida, fazendo cumprir as legislações do SUAS, bem como, a Resolução CMAS nº 197/2021, com garantia de até 25 (vinte e cinco) vagas, no mínimo, para atendimento de famílias/pessoas com deficiência.

6. OBJETIVO GERAL

Desenvolver ações de parceria integrada entre o público municipal e organizações da sociedade civil, sem fins econômicos na esfera regional, cujos serviços socioassistenciais, estejam em consonância com a política de proteção social especial de média complexidade, voltada para o atendimento das necessidades e exigências das famílias com pessoas com deficiência, em situação de vulnerabilidade e fragilidade de vínculos; favorecendo lhes qualidade de vida e redução da sobrecarga do cuidador, decorrente da prestação de cuidados diários prolongados.

7. OBJETIVOS ESPECÍFICOS: A SEREM CONTEMPLADOS

7.1- Orientar as famílias na tarefa de cuidar, diminuindo a sua sobrecarga de trabalho e fortalecendo os vínculos familiares;

7.2- Desenvolver ações para a superação das situações de violação de direitos e de riscosocial;

7.3- Promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência, seus cuidadores e familiares

7.4- Prevenir o acolhimento institucional, o isolamento social e a segregação dos usuáriosdo serviço, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;

7.5- Promover o acesso aos benefícios, programas e serviços socioassistenciais, e demais políticas públicas setoriais, bem como do Sistema de Garantia de Direitos.

7.6- Desenvolver talentos, potencialidades e aptidões, através das oficinas de habilitação e reabilitação.

8. Plano de Trabalho/Projeto - OSC

As OSCs interessadas deverão apresentar Plano de Trabalho/Projeto 2026, conforme modelo a ser elaborado pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Severínia-SP, contendo um roteiro a ser seguido, com redação metodologica na política do SUAS – Proteção Social Especial Média Complexidade – Serviço de Proteção Especial às Famílias com pessoas com deficiência, contemplando na operacionalização do Plano/Projeto: acolhida; escuta; informação, comunicação e defesa de direitos; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação interinstitucional com o Sistema de Garantia de Direitos; atividades de convívio e de organização da vida cotidiana; orientação e apoio sociofamiliar, apoio psicossocial, encaminhamentos com referência e contrarreferência ao município de Severínia; construção de plano individual e/ou familiar de atendimento; estudo social; diagnóstico socioeconômico; cuidados pessoais; desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; acesso à documentação pessoal; apoio à família na sua função protetiva; mobilização e fortalecimento do convívio grupal e comunitário; mobilização para o exercício da cidadania; elaboração de relatórios circunstanciados, demonstrativos finannceiros, relação nominal entre outros.

O serviço socioassistencial a ser ofertado pela OSC interessada, deverá ser planejado e detalhado por meio de um cronograma semanal, mensal e anual, com base no Plano de Trabalho proposto para o serviço e bem como, no Plano de Atendimento (PA), considerando a faixa etária das pessoas com deficiência, os interesses, as necessidades individuais e coletivas, visando garantir acesso inclusivo de pertencimento e identidade durante o atendimento particularizado e ou em grupo, primando pelo desenvolvimento de competências, aptidões e oportunidades para autonomia e uma efetiva participação na dinâmica do serviço, na família e comunidade.

O plano de trabalho e cronograma de atividades, deve compreender: grupos de convivência grupal e comunitária; visitas ao domicílio das famílias e ou atendimento particularizado para orientação ao cuidador no trato com a pessoa com deficiência; oficinas com as pessoas com deficiência e suas famílias, em espaços comunitários, incentivando a socialização ampliada, tais como parques, praças, espaços culturais, de lazer, esportivos, dentre outros; promoção de eventos comemorativos; envolvimento nas ações internas promovidas pela OSC; oficinas de protagonismo e lúdicas; desenvolvimento de oficinas de rotina de vida diária; incentivando o exercício da autonomia e independência das pessoas com deficiência; realização de oficinas para o desenvolvimento de habilidades, talentos e potencialidades, bem como, encaminhamentos aos serviços de habilitação e reabilitação.

9. AQUISIÇÕES DOS USUÁRIOS

9.1- Ter acolhida suas demandas, interesses, necessidades e possibilidades;

9.2- Garantir formas de acesso aos direitos sociais e ter garantia de efetividade nos encaminhamentos aos diferentes recursos sociais;

9.3- Ser acolhido em condições de dignidade em ambientes adequados para expressão, diálogo e vivências que contribuam para o fortalecimento de vínculos familiares;

9.4- Vivenciar experiências de ampliação da capacidade protetiva e de superação de fragilidades e riscos na tarefa do cuidar e ser cuidado;

9.5- Ter acesso a serviços socioassistenciais da política de proteção social de média complexidade e das outras políticas públicas setoriais, conforme necessidades individuais e coletivas para minimizar danos de vivencia, violação de direitos e risco social;

9.6- Vivenciar experiências que contribuam para a construção de projetos individuais e coletivos, desenvolvimento da autoestima, interdependência, compreensão de regras, identidade, integridade e história de vida preservada;

9.7- Vivenciar experiências que possibilitem o desenvolvimento de potencialidades e ampliação do universo informacional e cultural;

9.8- Vivenciar experiências que utilizem de recursos disponíveis pela comunidade, família e recursos lúdicos para potencializar a autonomia e a criação de estratégias que diminuam os agravos decorrentes da dependência e promovam a inserção familiar e social.

10. INDICADORES DE AVALIAÇÃO-OSC

10.1- **Fluxo de Pessoas:** número de pessoas atendidas, número de pessoas que vieram do mês anterior e número de pessoas que entraram no mês de referência.

10.2- **Trabalho Realizado pelo Serviço:** quantidade de serviços x número de participantes/pessoas com deficiência e suas famílias, por tipo de serviços (oficinas diversas: físico-esportivas, arte e cultura; rotina de vida diária, habilitação e reabilitação, convivência grupal e comunitária, atendimento particularizado e ou coletivo com os cuidadores, palestras informativas, visitas domiciliares, eventos com a participação das famílias e outras), quantidade de atendimento particularizado da pessoa com deficiência com a equipe de referencia: psicologo, assistente social, terapeuta ocupacional, fonoaudiologia, fisiterapeuta, nutricionista e outros); atendimento de orientação às famílias; reuniões entre os profissionais da OSC e SMAS/CREAS; estratégias utilizadas no atendimento técnico (coletiva, individual, em grupo, visita domiciliar). Deverão serrespeitadas as particularidades dos serviços e as possíveis exceções e ou alterações desde que justificadas.

11. **UNIDADE FÍSICA-OSC.**

11.1- Imóvel próprio, alugado ou cedido, contendo: recepção; sala para gerência; sala para apoio administrativo; sala para equipe técnica; sala para acolhida e escuta individualizada; salas para atividades coletivas, salas com mobilias especificas de fono, fisioterapia, terapia ocupaccional, psicologia, serviço social, pedagogia; área reservada para acondicionamento de material de limpeza e higiene; áreas externas para atividades .

11.2- Acessibilidade em todos os ambientes, de acordo com as normas da ABNT;

11.3- Limpeza, conservação, iluminação e ventilação do espaço adequadas;

11.4- Mobiliário acessível.

12. **PROVISÕES ADMINISTRATIVAS E MATERIAIS – OSC.**

12.1- Alimentação: lanche da manhã; lanche da tarde; em padrões nutricionais adequados e adaptados a necessidades específicas;

12.2- Materiais pedagógicos, didáticos, gráficos, escritório e matéria prima para as oficinas;

12.3- Computador com configuração que comporte sistemas de dados e provedor de internet de banda larga;

12.4- Banco de dados de usuários e da rede de serviços do território;

12.5- Material de expediente e administrativo.

13. **DO TRANSPORTE**

13.1- A Prefeitura Municipal de Severínia destinará o transporte de até 25 (vinte e cinco) beneficiários até a entidade executora.

13.2- A Prefeitura Municipal de Severínia através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a OSC – APAE executora dos serviços contratados deverão estabelecer uma agenda semanal de compromissos mútuos com relação ao deslocamento/transporte municipal ida e volta; constando os dias e o número de pessoas com deficiência e famílias a serem atendidas, nas semanas/meses; em conformidade com os serviços e oficinas previstas no Plano de Trabalho;

13.3- A OSC nos casos de uso de transporte próprio por questões emergenciais, deverá manter registros da utilização efetiva dos usuários do serviço de

transporte, para posterior prestação de contas; onde poderá se utilizar de listas de assinatura dos usuários do transporte, contendo nome, NIS, endereço e ou qualquer documento idôneo que ateste a eficaz execução dos requisitos legais de prestação de contas junto a Prefeitura Municipal de Severínia- SP;

13.4- Nos casos em que não houver a utilização do serviço de transporte ou que não for efetuada a devida prestação de contas, poderá haver o sobrestamento dos pagamentos referentes ao valor de referência do transporte, até a sua regularização.

13.5- O controle e fiscalização dos beneficiários caberá a Gestão de Parcerias e ao Conselho Municipal de Assistência Social, na forma da lei.

14. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO:

A OSC deverá estabelecer a oferta dos serviços socioassistenciais conforme o TERMO de COLABORAÇÃO/COOPERAÇÃO E/OU FOMENTO com a Prefeitura Municipal de Severínia–SP, definindo quais os dias da semana e o número de usuários a serem atendidos, garantindo no mínimo 04 (quatro) horas diárias para cada pessoa com deficiencia e em casos específicos as suas famílias.

15. METAS

15.1- Atender mensalmente 25 (vinte e cinco) pessoas com deficiencia e suas famílias em regime de um período;

15.2- As propostas apresentadas deverão contemplar a totalidade dos 25 (vinte e cinco) beneficiários.

16. ABRANGÊNCIA

Município de Severínia/SP.

17. PARTICIPAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO

17.1- Poderão participar deste Edital as Organizações da Sociedade Civil (OSCs), assim consideradas aquelas definidas pelo art. 2º, inciso I, alíneas “a”, “b” ou “c”,

da Lei Federal nº 13.019/2014.

17.2- Para participar deste Edital, a OSC deverá cumprir as seguintes exigências:

a) Declarar, conforme modelo constante no *Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância*, que está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital e seus anexos, bem como que se responsabilizam pela veracidade e legitimidade das informações de documentos apresentados durante o processo de seleção.

b) Comprovante de inscrição da OSC nos Conselhos Municipais de Assistência Social de Severínia/SP e na cidade sede, bem como, cadastro atualizado no Pró Social e Conselho Nacional de Assistência Social;

c) Atender aos prazos e quesitos de inscrição do presente Edital.

18. REQUISITOS E IMPEDIMENTOS PARA A CELEBRAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO

18.1- Para a celebração do termo de colaboração, a OSC deverá atender aos seguintes requisitos:

a) Ter objetivos estatutários ou regimentais voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social, bem como compatíveis com o objeto do instrumento a ser pactuado.

b) Ser regida por normas de organização interna que prevejam expressamente que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei Federal nº 13.019/14, e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade.

c) Ser regida por normas de organização interna que prevejam, expressamente, escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

d) Possuir, no momento da apresentação do plano de trabalho, no mínimo 01 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ.

e) Possuir experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses, a ser comprovada no momento da apresentação do Plano de Trabalho para 2026;

f) Possuir instalações e outras condições materiais para o desenvolvimento do

objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas ou, alternativamente, prever a sua contratação ou aquisição com recursos da parceria, a ser atestado mediante declaração do representante legal da OSC, conforme *Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais*. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria;

g) Deter capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento do objeto da parceria e o cumprimento das metas estabelecidas. Não será necessária a demonstração de capacidade prévia instalada, sendo admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria.

h) Apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições, de dívida ativa e trabalhista;

i) Apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações ou, tratando-se de sociedade cooperativa, certidão simplificada emitida por junta;

j) Apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual, bem como relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF de cada um deles, conforme *Anexo III – Declaração de Relação dos Dirigentes da Entidade*;

k) Comprovar que funciona no endereço declarado pela entidade, por meio de cópia de documento hábil;

l) Atender às exigências previstas na legislação específica para celebração do Termo de Colaboração;

18.2- Ficará impedida de celebrar o termo de colaboração a OSC que:

a) Não esteja regularmente constituída ou se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;

b) Esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

c) Tenha, em seu quadro de dirigentes, membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública federal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges, companheiros e parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, exceto em relação às entidades que, por sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades referidas. Não são considerados membros de Poder os integrantes de conselhos de direitos e de políticas públicas;

d) Tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 05 (cinco) anos, exceto se for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição, ou, ainda, a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

e) Tenha sido punida, pelo período que durar a penalidade, com suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, com a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei Federal nº 13.019/14, ou com a sanção prevista no inciso III da referida legislação;

f) Tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas porTribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; ou

g) Tenha entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; que tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou que tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem osprazos estabelecidosnos incisos I, II eIII do art.12 da Lei Federal nº 8.429/92;

19. COMISSÃO DE SELEÇÃO

19.1- A Comissão de Seleção é o órgão colegiado destinado a processar e julgar o presente chamamento público, e será composta pelo Decreto nº 6.509, de 30 de setembro de 2025, Comissão de Monitoramento e Avaliação nos Termos da Lei nº 13.019/2025, de 31 de julho de 2014 e dá outras providências.

19.2- Deverá se declarar impedido membro da Comissão de Seleção que tenha participado, nos últimos 05 (cinco) anos, contados da publicação do presente Edital, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer OSC participante do chamamento público, ou cuja atuação no processo de seleção configure conflito de interesse, nos termos da Lei Federal nº 12.813/13.

19.3- A declaração de impedimento de membro da Comissão de Seleção não obsta a continuidade do processo de seleção. Configurado o impedimento, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído por membro que possua qualificação equivalente à do substituído, sem necessidade de divulgação de novo Edital.

19.4- Para subsidiar seus trabalhos, a Comissão de Seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro desse colegiado.

19.5- A Comissão de Seleção poderá realizar, a qualquer tempo, diligências para verificar a autenticidade das informações e documentos apresentados pelas entidades concorrentes ou para esclarecer dúvidas e omissões. Em qualquer situação, devem ser observados os princípios da isonomia, da impessoalidade e da transparência.

20. DA FASE DE SELEÇÃO

20.1- A fase de seleção observará o seguinte cronograma:

Descrição da Etapa	Datas
Publicação do Edital de Chamamento Público.	14/01/2026
Envio das propostas pelas OSCs.	Até 21/01/2026
Etapa competitiva de avaliação das propostas pela Comissão de Seleção.	26/01/2026
Divulgação do resultado preliminar(estimativa).	27/01/2026
Interposição de recursos e contrarrazões contrao resultado preliminar.	Até 30/01/2026
Análise dos recursos pela Comissão de Seleção.	03 (três) dias úteis após prazo final de apresentação das contrarrazões aos recursos.
Homologação e publicação do resultado definitivodafasedeseleção,comdivulgação das decisões recursais proferidas, se houver (estimativa).	05/02/2026

20.2- Conforme exposto adiante, a verificação do cumprimento dos requisitos para a celebração da parceria e a não ocorrência de impedimento para a celebração da parceria é posterior à etapa competitiva de julgamento das propostas, sendo exigível apenas da(s) OSC(s) selecionada(s) e mais bem classificada(s).

20.3- **Etapa1: Publicação do Edital de Chamamento Público.**

20.3-1. O presente Edital se encontra disponibilizado e divulgado no site da Prefeitura do Município de Severínia/SP (https://severinia.sp.gov.br/), com prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

20.4- **Etapa2: Enviodas propostas pelas OSCs**

20.4-1. As propostas serão apresentadas pelas OSCs, em envelope com identificação da instituição proponente e meios de contato, com a inscrição "Proposta – Edital de Chamamento Público nº 01/2026, e protocolados na **Prefeitura Municipal de Severínia/SP, no seguinte endereço: Rua Capitão Augusto de Almeida, n° 332, Centro, das 08:30hs às 16:30h**.

20.4-2. A proposta será em 01 (uma) via impressa com todas as folhas rubricadas e numeradas sequencialmente, apenas frente e, ao final, ser assinada pelo representante legal da OSC proponente, bem como também deverá ser apresentada em versão digital (pen drive), com os documentos compilados em um único arquivo em formato PDF.

20.4-3. Após o prazo limite para apresentação das propostas, nenhuma outra será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem explícita e formalmente solicitados pela Prefeitura.

20.4-4. Cada OSC poderá apresentar apenas 01 (uma) proposta, sem prejuízo da apresentação de uma proposta por unidade de atendimento (locais de execução diferente). Caso venha a apresentar mais de 01 (uma) proposta da mesma unidade dentro do prazo, será considerada apenas a última.

20.4-5. Observado o disposto no item 22.1.3. deste Edital, as propostas deverão conter, no mínimo, as seguintes informações:

a) a descrição da realidade objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

b) as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

c) os prazos para a execução da sações e para o cumprimento das metas; e

d) o valor global.

20.5- **Etapa3: Etapa Competitiva De Avaliação Das Propostas Pela Comissão De Seleção.**

20.5-1. Nesta etapa, de caráter eliminatório e classificatório, a Comissão de Seleção analisará as propostas apresentadas pelas OSCs concorrentes. A análise e o julgamento de cada proposta serão realizados pela Comissão de Seleção, que terá total independência técnica para exercer seu julgamento.

20.5-2. A Comissão de Seleção divulgará o julgamento das propostas e o resultado preliminar do processo de seleção, no site do município (https://severinia.sp.gov.br/).

20.5-3. As propostas deverão conter informações que atendem aos critérios de julgamento estabelecidos na Tabela abaixo.

20.5-4. A avaliação individualizada e a pontuação serão feitas com base nos critérios de julgamento apresentados no quadro a seguir:

Critérios de Julgamento	Metodologia de Pontuação	Pontuação Máxima por Item
(A) Informações sobre as ações aserem executadas	- Grau de pleno atendimento (2,0) - Grau satisfatório de atendimento (1,00) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório ou errôneo (0,0) A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.	2,0
(B) Informações sobre a metodologia a ser aplicada	- Grau de pleno atendimento (2,0) - Grau satisfatório de atendimento (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório ou errôneo (0,0) A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.	2,0

(C) Informaçõessobreasmetas a serem atingidas em termos quantitativos e mensuráveis	- Grau de pleno atendimento (2,0) - Grau satisfatório de atendimento (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório ou errôneo (0,0) A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.	2,0
(D) Informações sobre os indicadoresqueaferirãoo cumprimento das metas	- Grau de pleno atendimento (2,0) - Grau satisfatório de atendimento (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório ou errôneo (0,0) A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.	2,0
(E) Informações sobre os prazos para execução das ações e para o cumprimento das metas	- Grau de pleno atendimento (2,0) - Grau satisfatório de atendimento (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório ou errôneo (0,0) A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.	2,0
(F) Informações sobre o método de monitoramento e avaliação das ações propostas	- Grau de pleno atendimento (2,0) - Grau satisfatório de atendimento (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório ou errôneo (0,0) A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta.	2,0

(G) A adequaçãoda proposta aos objetivos da política pública, do plano, do programa ou da ação que insere a parceria	- Grau de plena adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatóriodo requisito de adequação ou errôneo (0,0) A atribuição de nota “zero” neste critério implica eliminação da proposta	2,0
(H) A adequação da proposta ao valor de referência ou valor máximo da proposta constante do Edital de Chamamento.	- Grau de plena adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação ou errôneo (0,0)	2,0
(I) Descrição da realidadeobjeto da parceria e do anexo entre essarealidadeeaatividadeou projeto proposto.	- Graudeplenodadescrição(2,0) - Grausatisfatóriodadescrição(1,0) - Onãoatendimentooudescriçã o insatisfatória ou errôneo (0,0)	2,0
(J) Capacidade técnico-operacional da instituição proponente, por meio de experiência comprovada no portfólio de realizações na gestão de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante.	- Grau de pleno da descrição (2,0) - Grau satisfatório da descrição (1,0) - O não atendimento ou descrição insatisfatória ou errôneo (0,0)	2,0
TOTAL		**20**

A classificação para cada quesito de avaliação de que trata a Metodologia de Pontuação da Tabela acima, constante deste Edital, deverá ser feita segundo os seguintes conceitos:

a) Grau de Pleno Atendimento: texto com informações completas sobre o tema, tecnicamente compatíveis e atendendo as prescrições do Edital e seus anexos: correção e precisão na abordagem do tema; grau (profundidade) de abordagem e domínios dos temas; coerência e integração da proposta de plano de trabalho com a estrutura especificada pelo Edital; clareza e objetividade da exposição –

Pontuação 2,0.

b) Grau Satisfatório de Atendimento: texto com informações mínimas para compreensão do tema; com pouco domínio do tema; pouca coerência e integração da proposta de plano de trabalho, sem objetividade ou clareza – Pontuação 1,0.

c) Não Atendimento ou Atendimento Insatisfatório ou Errôneo: texto com informações incompletas não possibilitando a compreensão do tema ou apresentando informações antagônicas e erros graves na abordagem do tema ou não abordando o tema indicado; as informações não correspondem ao solicitado neste Edital.

Para aferição da nota, será atribuída pontuação de 0 (zero), 1 (um) ou 2 (dois) para cada item, sendo:

I. 0 (zero): não atende;
II. 1 (um): atende parcialmente;
III. 2 (dois): atende completamente.

a) A nota final corresponderá à soma dos pontos obtidos em cada um dos itens, sendo a pontuação máxima de 20 (vinte) pontos.

b). Serão desclassificados os planos de trabalho que:

I. Apresentarem nota final igual ou inferior a10(dez) pontos ou;
II. Obtiverem nota 0(zero) nos critérios de julgamento (A), (B), (C), (D), (E), (F) ou (G);
III. Cujo valor global estiver acima do teto previsto no Edital.

20.6- Os **casos de empate** serão analisados de acordo com os critérios abaixo, na seguinte ordem:

I. Maior nota no item de adequação (G);
II. Maior nota nos itens de consistência (A), (B), (C), (D), (E) e (F);
III. Maior nota no item de articulação (I);
IV. Possuir Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social–CEBAS, e considerando o maior tempo de certificação;
V. Maior tempo de abertura no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ de sua matriz.

20.7- As Propostas de Plano de Trabalho não eliminadas serão classificadas, em ordem decrescente, de acordo com a pontuação total obtida com base nos Critérios de Julgamento, assim considerada a média aritmética das notas lançadas por cada um dos membros da Comissão de Seleção, em relação a cada um dos critérios de julgamento.

20.8- No caso de empate entre duas ou mais propostas, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida no critério de julgamento (G).

20.9- Persistindo a situação de igualdade, o desempate será feito com base na maior pontuação obtida pela soma dos itens (A), (B), (C), (D), (E) e (F) dos Critérios de Julgamento, sucessivamente a maior pontuação no item (I).

20.10- Persistindo a situação de igualdade, para o desempate será considerado a entidade ou organização de assistências social que possuir o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, e o maior tempo de certificação.

20.11- Caso essas regras não solucionem o empate, será considerada vencedora a OSC com mais tempo de constituição e, em último caso, a questão será decidida porsorteio.

20.12- Será obrigatoriamente justificada a seleção de Proposta que não for a mais adequada ao valor de referência constante deste Chamamento Público, apresentando, se for o caso, três orçamentos físico, devidamente assinado pela empresa prestadora de serviço, constando CNPJ do prestador e do tomador de serviço.

20.13- **Etapa 4: Divulgação do Resultado Preliminar.**

20.13-1. A administração pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no site oficial da Prefeitura, iniciando-se o prazo para recurso a partir da publicação.

20.13-2. **Etapa 5: Interposição de Recursos Contra o Resultado Preliminar.**

Haverá fase recursal após a divulgação do resultado preliminar do processo de seleção.

20.13-3. Os participantes que desejarem recorrer contra o resultado preliminar deverão apresentar recurso administrativo, de forma impressa, a ser protocolizada no endereço e horários constante no item 21.4.1. deste Edital, no prazo de **até 15 (quinze) dias úteis**, contado da publicação da decisão, perante a Comissão de Seleção que a proferiu, sob pena de preclusão. Não será conhecido recurso interposto fora do prazo.

20.13-4. É assegurado aos participantes obter cópia dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses, arcando somente com os devidos custos.

20.13-5. Interposto recurso, fica aberto aos demais interessados o prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado imediatamente após o encerramento do prazo recursal, para que apresentem contrarrazões, se desejarem.

20.14- **Etapa 6: Análise dos Recursos pela Comissão de Seleção.**

20.14-1. Havendo recursos, a Comissão de Seleção os analisará.

20.14-2. Recebido o recurso, a Comissão de Seleção poderá reconsiderar sua decisão no

prazo de 05 (cinco) dia útil, contado do fim do prazo para recebimento das contrarrazões, ou, dentro desse mesmo prazo, encaminhar o recurso ao Exmo. Sr. Prefeito, com as informações necessárias à decisão final. Não caberá novo recurso contra esta decisão.

20.14-3. Na contagem dos prazos, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento. Os prazos se iniciam e expiram exclusivamente em dia útil no âmbito do órgão ou entidade responsável pela condução do processo de seleção.

20.14-4. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

20.14-5. **Etapa 7: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais proferidas (se houver).**

20.14-6. Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo sem interposição de recurso, o órgão ou a entidade pública municipal deverá homologar e divulgar, no site oficial, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

20.14-7. A homologação não gera direito para a OSC à celebração da parceria.

20.14-8. Após o recebimento e julgamento das propostas, desde que atendidas as exigências deste Edital, a administração pública poderá dar prosseguimento ao processo de seleção e convocá-la para iniciar o processo de celebração.

20.14-9. O resultado final do julgamento do chamamento público promovido nos termos deste Edital será divulgado no sítio eletrônico da municipalidade (https://severinia.sp.gov.br/).

21. DO PLANO DE TRABALHO

21.1- O plano de trabalho deverá ser entregue individualmente para cada serviço que o proponente pretende concorrer.

21.1-1. O plano de trabalho deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

a) a descrição da realidade objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo com a atividade ou o projeto e com as metas a serem atingidas;

b) a forma de execução das ações, indicando, quando cabível, as que demandarão atuação em rede;

c) a descrição de metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas;

d) a definição dos indicadores, documentos e outros meios a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas;

e) a previsão de receitas e a estimativa de despesas a serem realizadas na execução das ações, incluindo os encargos sociais e trabalhistas e a discriminação dos custos diretos e indiretos necessários à execução do objeto; e

f) os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso.

21.1-2. A previsão de receitas e despesas de que trata a alínea “e” do item 21.1.1. deste Edital deverá incluir os elementos indicativos da mensuração da compatibilidade dos custos apresentados com os preços praticados no mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, para cada item, podendo ser utilizadas cotações, tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, atas de registro de preços vigentes ou quaisquer outras fontes de informação disponíveis ao público. No caso de cotações, a OSC deverá apresentara cotação de preços de, no mínimo, 03 (três) fornecedores, sendo admitidas cotações de sites eletrônicos, desde que identifique a data da cotação e o fornecedor específico.

21.1-3. Alé
m da apresentação do plano de trabalho, a OSC selecionada, no mesmo prazo acima de 15 (quinze) dias corridos, deverá comprovar o cumprimento dos requisitos previstos no inciso I do caput do art. 2º, nos incisos I a V do caput do art. 33 e nos incisos IIaVII do caput do art. 34 da Lei Federal nº 13.019/14, e a não ocorrência de hipóteses que incorram nas vedações de que trata o art. 39 da referida Lei, que serão verificados por meio da apresentação dos seguintes documentos:

I - cópia do estatuto registrado e suas alterações, em conformidade com as exigências previstas no art. 33 da Lei Federal nº 13.019/14;

II – comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitida pelo site da Secretaria da Receita Federal do Brasil, para demonstrar que a OSC existe há, no mínimo, 01 (um) ano com cadastro ativo;

III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de capacidade técnica e operacional;

IV – Certidão de Débitos Relativos a CréditosTributários Federais e à Dívida Ativa da União;

V – Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia doTempo de Serviço-CRF/FGTS;

VI – Certidão Negativa de DébitosTrabalhistas-CNDT;

VII- Relação nominal atualizada dos dirigentes da OSC, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, de cada um deles, conforme

Anexo III – Declaração de Relação dos Dirigentes da Entidade;

VIII - cópia de documento que comprove que a OSC funciona no endereço por ela declarado, como conta de consumo ou contrato de locação;

IX – Declaração do representante legal da OSC com informação de que a organização e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art. 39 da Lei Federal nº13.019/14, as quais deverão estar descritas no documento, conforme modelo no *Anexo V – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos;*

X - declaração do representante legal da OSC sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria, conforme *Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais*;

XI - declaração do representante legal da OSC, conforme *Anexo III – Declaração de Relação dos Dirigentes da Entidade;*

XII– certidão negativa de débitos municipais relativos aos tributos mobiliários.

21.1-4. Serão consideradas regulares as certidões positivas com efeito de negativas, no caso das certidões previstas nos incisos IV, V e VI logo acima.

21.1-5. O plano de trabalho e os documentos comprobatórios do cumprimento dos requisitos impostos nesta Etapa serão apresentados pela OSC selecionada, no endereço informado no item 21.4.1 deste Edital.

21.1-6. Somente será aprovado o plano de trabalho que estiver de acordo com as informações apresentadas, observados os termos e as condições constantes neste Edital e em seus anexos. Para tanto, a administração pública poderá solicitar a realização de ajustes no plano de trabalho.

21.2- **Ajustes no Plano de Trabalho e Regularização de documentação,se necessário:**

21.2-1. Caso se verifique irregularidade formal nos documentos apresentados ou constatado evento que impeça a celebração, a OSC será comunicada do fato, via e-mail, e instada a regularizar sua situação, no prazo de **15 (quinze) dias corridos**, a contar do envio do e-mail, sob pena de não celebração da parceria.

21.2-2. Caso seja constatada necessidade de adequação no Plano de Trabalho enviado pela OSC, a administração pública solicitará a realização de ajustes e a OSC deverá fazê-lo em **até 15 (quinze) dias corridos**, contados da data de recebimento da solicitação apresentada.

21.3- **Parecer de Órgão Técnico e Assinatura do Termo de Colaboração:**

21.3-1. A celebração do instrumento de parceria dependerá da adoção das providências impostas pela legislação regente, incluindo a aprovação do plano de trabalho, a emissão do parecer técnico pelo órgão ou entidade pública federal, as designações do gestor daparceria e da Comissão de Monitoramento e Avaliação, e de prévia dotação orçamentária para execução da parceria.

21.3-2. A aprovação do Plano de Trabalho não gerará direito à celebração da parceria.

21.3-3. No período entre a apresentação da documentação e a assinatura do instrumento de parceria, a OSC fica obrigada a informar qualquer evento superveniente que possa prejudicar a regular celebração da parceria,sobretudo quanto ao cumprimento dos requisitos e exigências previstos para celebração.

21.3-4. A OSC deverá comunicar alterações em seus atos societários e no quadro de dirigentes, quando houver.

21.4- **Publicação do Extrato do Termo de Colaboração no Meio Oficial de Publicidade da Administração Pública:**

21.4-1. O Termo de Colaboração somente produzirá efeitos jurídicos após a publicação do Respectivo extrato no meio oficial de publicidade da Administração Pública.

22. **DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA PARCERIA**

22.1- O prazo de vigência da parceria em pauta, será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, de ofício, a critério da Administração Pública, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeiro de cada exercício.

22.2- Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, a parceria poderá ter seu prazo de execução prorrogada para cumprir o plano de trabalho, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente, após projeto previamente justificada pela OSC e autorização do titular da Secretaria, baseada em parecer técnico favorável do órgão competente.

23. **PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E VALOR PREVISTO PARA A REALIZAÇÃO**

DO OBJETO

23.1- Os créditos orçamentários necessários ao custeio de despesas relativas ao presente Edital são provenientes das dotações orçamentárias abaixo relacionadas: 0.01.00.1.500.0-510.000

23.2- Na parceria com vigência semestral firmada no exercício financeiro seguinte ao da seleção, a Prefeitura do Município de Severínia/SP indicará a previsão dos créditos necessários para garantir a execução da parceria nos orçamento do exercício seguinte.

23.3- O valor total de recursos disponibilizados anual será de R$180.000,00 (cento e oitenta mil reais), ficando previsto para o primeiro semestre R$ 90.000,00 (noventa mil reais), acrescido do custeio do transporte pela Prefeitura Municipal de Severínia; podendo ou não ser prorrogado para o 2º (segundo) trimestre, mediante os procedimentos técnicos da Comissão de Seleção, frente ao processo de avaliação dos serviços socioassistenciais ofertados pela OSC, visando a prorrogação ou não do compromisso de parceria para o 2º (segundo semestre), de igual valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), totalizando R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais/ano);

23.4- O valor per capita de referência para a realização do serviço, objeto do termo de colaboração será de R$ 600,00 (seiscentos reais) cada usuário. O exato valor a ser repassado mensalmente será definido no Termo de Colaboração, observada a proposta apresentada pela OSC selecionada.

23.5- As liberações de recursos obedecerão ao cronograma de desembolso, que guardará

Consonância com as metas da parceria.

23.6- Nas contratações e na realização de despesas e pagamentos em geral efetuados com recursos da parceria, a OSC deverá observar o instrumento de parceria e a legislação regente, em especial o disposto nos incisos XIX e XX do art. 42, nos arts. 45 e 46 da Lei Federal nº 13.019/14.

23.7- Todos os recursos da parceria deverão ser utilizados para satisfação de seu objeto, sendo admitidas, dentre outras despesas previstas e aprovadas no Plano de Trabalho:

a) Remuneração dos recursos encarregados da execução do Plano de Trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) Diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

c) Custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção

em relação ao valor total da parceria (aluguel, telefone, assessoria jurídica, contador, água, energia, dentre outros).

23.8- É vedado remunerar, a qualquer título, com recursos vinculados à parceria, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica.

23.9- Eventuais saldos financeiros remanescentes dos recursos públicos transferidos, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria.

23.10- O instrumento de parceria será celebrado de acordo com a disponibilidade orçamentária e financeira, respeitado o interesse público e desde que caracterizadas a oportunidade e conveniência administrativas. A seleção de propostas não obriga a administração pública a firmar o instrumento de parceria com quaisquer dos proponentes, os quais não têm direito subjetivo ao repasse financeiro.

24. CONTRAPARTIDA

24.1- Não será exigida qualquer contrapartida da OSC selecionada.

25. DISPOSIÇÕES FINAIS

25.1- Os pedidos de esclarecimentos e impugnação do presente Edital deverão ser por simples petição, no e-mail licitacao@severinia.sp.gov.br, por qualquer pessoa, desde que com antecedência mínima de 05 (cinco) dias da data-limite para o recebimento das propostas, devendo ser protocolizada no endereço informado no subitem 21.4.1 deste Edital. A resposta às impugnações caberá a Comissão de Seleção.

25.2- As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Edital. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados serão juntados nos autos do processo de Chamamento Público e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

25.3- Eventual modificação no Edital, decorrente das impugnações ou dos pedidos de esclarecimentos, ensejará divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, alterando-se o prazo inicialmente estabelecido somente quando a alteração afetar a formulação das propostas ou o princípio da isonomia.

25.4- A Secretaria Municipal de Assistência Social resolverá os casos omissos e as situações não previstas no presente Edital, observadas as disposições legais e os princípios que regem a administração pública.

25.5- A qualquer tempo, o presente Edital poderá ser revogado por interesse público ou anulado, no todo ou em parte, por vício insanável, sem que isso implique direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

25.6- O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do Chamamento Público. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas poderá acarretar a eliminação da proposta apresentada, a aplicação das sanções administrativas cabíveis e a comunicação do fato às autoridades competentes, inclusive para apuração do cometimento de eventual crime. Além disso, caso a descoberta da falsidade ou inverdade ocorra após a celebração da parceria, o fato poderá dar ensejo à rescisão do instrumento, rejeição das contas e/ou aplicação das sanções de que trata o art. 73 da Lei nº 13.019/14.

25.7- A administração pública não cobrará das entidades concorrentes taxa para participar deste Chamamento Público.

25.8- Todos os custos decorrentes da elaboração das propostas e quaisquer outras despesas correlatas à participação no Chamamento Público serão de inteira responsabilidade das entidades concorrentes, não cabendo nenhuma remuneração, apoio ou indenização por parte da administração pública.

25.9- Constituem anexos do presente Edital, dele fazendo parte integrante:

- Anexo I – Declaração de Ciência e Concordância;
- Anexo II – Declaração sobre Instalações e Condições Materiais;
- Anexo III – Declaração de Relação dos Dirigentes da OSC;
- Anexo IV – Modelo de Plano de Trabalho;
- Anexo V – Anexo RP-09 – Repasses ao Terceiro Setor – Termo de Ciência e Notificação;
- AnexoVI – Declaração da Não Ocorrência de Impedimentos; e
- AnexoVII – Minuta doTermo de Colaboração.

Severínia, 14 de janeiro de 2.026.

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI

Prefeito Municipal

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Declaro que a *[identificaçãodaorganizaçãodasociedadecivil –OSC]* está ciente e concorda com as disposições previstas no Edital de Chamamento Público nº 01/2026 e em seus anexos, bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de seleção.

Local, ... de ... de 2026.

_____
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO II

DECLARAÇÃO SOBRE INSTALAÇÕES E CONDIÇÕES MATERIAIS

Declaro,em conformidade com o art.33, caput, inciso V, alínea “c”, da Lei Federal nº 13.019/14, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*:

a) Dispõe de instalações e outras condições materiais para odesenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

b) Pretende contratar ou adquirir com recursos da parceria as condições materiais para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

OU

c) Dispõe de instalações e outras condições materiais para odesenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas, bem como pretende, ainda, contratar ou adquirir com recursos da parceria outros bens para tanto.

OBS: *A organização da sociedade civil adotará uma das três redações acima, conforme a sua situação. A presente observação deverá ser suprimida da versão final da declaração.*

Local, ... de ... de 2026.

_____

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXOIII

DECLARAÇAO DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE

Declaro para os devidos fins, em nome da *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]*, que:

I. Não há no quadro de dirigentes abaixo identificados:

(a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública; ou

(b) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, das pessoas mencionadas na alínea “a”.

RELAÇÃO NOMINAL ATUALIZADA DOS DIRIGENTES DA ENTIDADE		
Nome do dirigente e cargo que ocupa na OSC	Carteira de identidade, órgão expedidor e CPF	Endereço residencial, telefone e *e-mail*

II. Não contratará com recursos da parceria, para prestação de serviços, servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica;

III. Não serão remunerados, a qualquer título, com os recursos repassados:

(a) membro de Poder ou do Ministério Público ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública;

(b) servidor ou empregado público, inclusive aquele que exerça cargo em comissão ou função de confiança, de órgão ou entidade da administração pública celebrante, ou seu cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, ressalvadas as hipóteses previstas em lei específica; e

(c) pessoas naturais condenadas pela prática de crimes contra a administração pública ou contra o patrimônio público, de crimes eleitorais para os quais a lei comine pena privativa de liberdade, e de crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Local, ... de ... de 2026.

_____
(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC

ANEXO IV TIMBREDAENTIDADE

TÍTULO DO PLANO DE TRABALHO ANO 2026
(identificar o Serviço)

1. IDENTIFICAÇÃO:

1.1-Dados Da Executora

RazãoSocial											
CGC/CNPJ											
DatadeFundação											
ENDEREÇO	Ruanº										
	Bairro						Complemento:				
	Cidade						CEP:				
Telefone/Fax											
Site											
E-mail											
REGISTROS DE UTILIDADE PÚBLICA	MUNICIPAIS (Cidades, registros)										
	ESTADUAL										
	FEDERAL										
LICENÇA DE FUNCIONAMENTO											
IMÓVEL DA SEDE			PROPRIO		ALUGADO		CEDIDO		OUTROS		
VEÍCULOS DE PROPRIEDADEDA ENTIDADE	MODELO		PLACA		MODELO		PLACA				
	MODELO		PLACA		MODELO		PLACA				

RegistrosnosConselhosdeAssistênciaSocial:

Conselho	Município	Número	Validade
CMAS			
CMAS			
CMDCA			
ESTADUAL	SEADS(Pró Social)		
FEDERAL	CEBAS		

1.2–Identificação do Responsável Legal

NOME	
DATA NASCIMENTO	
RG	DATA EXPEDIÇÃO: ORGÃO EXPEDIDOR:
CPF	ESCOLARIDADE:
ENDEREÇO	
CIDADE	CEP:
TELEFONE(DDD)	FAX(DDD)
EMAIL	
PERÍODO MANDATO	

1.3 – Identificação do Técnico Responsável pelo Projeto

NOME	
DATA NASCIMENTO	
RG	DATA EXPEDIÇÃO: ORGÃO EXPEDIDOR:
CPF	ESCOLARIDADE:
ENDEREÇO	
CIDADE	CEP:
TELEFONE(DDD)	FAX(DDD)
EMAIL	

1.4 – Finalidade e Missão da Entidade (indicar os artigos no estatuto e transcrevera finalidade e a missão da entidade)

2 – CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA DA REGIÃO

2.1 – Localização do Projeto (indicar o endereço onde o projeto será realizado)

2.2 – Área de abrangência territorial (indicar a área geográfica em que o projeto atuará)

2.3 – Caracterização socioeconômica da população da área de abrangência (apresentar informações socioeconômicas sobre a população da região atendida)

2.4 – Caracterização dos beneficiários por segmento (identificar os seguimentos da população que o projeto atende de acordo com a Tipificação)

3 – DESCRIÇÃO DO PROJETO

3.1 – Título do Projeto (informar o título do projeto de acordo com as denominações previstasna Tipificação)

3.2 – Período de Execução (indicar mês/ano inicial e mês/ano final previsto para execução do projeto)

3.3 – Justificativa (apresentar os motivos sociais que justificam a execução do projeto)

4 – IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO AS EXECUTADO

4.1 - Objetivo Geral (indicar de forma resumida, qual a população, porque necessitam, e o que se visará com esse atendimento)

4.2 - Objetivos Específicos

Observação: 1) Resultados esperados – (os resultados consistem nas realizações (metas) que permitirão a consecução do(s) objetivo(s) específico(s)).

2) Objetivos específicos com os respectivos resultados esperados (descrever os resultados com respectivos indicadores quantitativos e qualitativos - de modo que sejam passíveis de monitoramento - relacionando-os com os objetivos correspondentes)

5 - Sistema de Monitoramento e Avaliação

Objetivos Específicos	Resultado (S) Esperado (S)	Indicadores Qualitativos	Indicadores Quantitativos	Meios de Verificação

6 - META E CAPACIDADE DE ATENDIMENTO (informar a meta de atendimento do projeto e a capacidade total de atendimento da entidade para os seguimentos previstos no projeto)

7 – CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE (informar os critérios que serão utilizados para se aceitar ou recusar indivíduos para atendimento pelo projeto)

8 – EXECUÇÃO DO PROJETO

Princípios Metodológicos (informar os princípios metodológicos que são adotados para a execução do projeto)

Estratégias Operacionais (informar as estratégias operacionais utilizadas na execução do projeto)

Estratégias que serão utilizadas para estimular a participação dos usuários:

Informar as estratégias utilizadas para favorecer a participação na elaboração do plano de trabalho;

Informar as estratégias utilizadas para favorecer a participação no monitoramento do plano de trabalho;

Informar as estratégias utilizadas para favorecer a participação na avaliação do resultado obtido

Como plano de trabalho: (Demonstrar e explicitar que executa ações de caráter continuado, permanente e planejado, indicando a frequência diária e os horários da presença dos usuários no projeto (ex.: os mesmos usuários participam dos serviços de segunda a sexta, das 9 às 12 horas) e que assegura que os serviços serão ofertados na perspectiva da autonomia e garantia dos direitos dos usuários)

(Descrever a execução do projeto atendendo a Resolução CNAS 109 de 11/11/2009, para a tipificação dos serviços a serem executados)

9 – GRADE DE ATIVIDADES

FUNCIONAMENTO/SERVIÇOS:

9.1 – Grade de atividades internas – SEMANAL (atividades direcionadas ao atendimento do públicoa alvo)

Atividades	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
	xx às xxh	xx às xxh	xx às xxh	xx às xxh	xx às xxh
	xx às xxh	xx às xxh	xx às xxh	xx às xxh	xx às xxh

Atividades	Sábado	Domingo
	xx às xxh	xx às xxh
	xx às xxh	xx às xxh

9.2 – Grade de atividades internas - MENSAIS: (atividades direcionadas ao atendimento do público alvo)

Atividades	1ªsemana	2ªsemana	3ªsemana	4ªsemana	Responsável

9.3 – Grade de atividades externas à entidade –MENSAIS (atividades direcionadas ao atendimento do público alvo)

Atividades	1ªsemana	2ªsemana	3ªsemana	4ªsemana	Responsável

9.4 – Cronograma de Execução das Atividades

Atividades/Período	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez

10 – RECURSOS

10.1 – Recursos Físicos e Materiais (descrição do espaço físico e da infra estrutura disponível, material permanente e material de consumo)

10.2 – Recursos Humanos

EQUIPE TÉCNICA

Nome	Grau de Instrução	Formação	Vínculo Empregatício	Função Ocupada	Carga Horária Semanal

EQUIPE ADMINISTRATIVA E DE APOIO

Nome	Grau de Instrução	Vínculo Empregatício	Função Ocupada	Carga Horária Semanal

DIRETORES, ESTÁGIÁRIOS E VOLUNTÁRIOS

Nome	Formação/ Profissão	Vínculo Empregatício	Cargo/Função Ocupada	CargaHorária Semanal

11 – ORIGEM DOS RECURSOS FINANCEIROS:

11.1 - Recursos públicos: R$

11.2 – Recursosprivados: R$

VALOR TOTAL:

11.3 – Financiamento em percentuais

Itens financiados	**100%**
Alimentação	
Recursos Humanos	
Serviçosde terceiros	
Material pedagógico	
Material de consumo	

12 – CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO FINANCEIRO (EM R$)

RECURSO PUBLICO	**1° mês**	**2° mês**	**3°mês**	**4° mês**	**5° mês**	**6°mês**
RECURSO PUBLICO						

RECURSO PUBLICO	**7° mês**	**8°mês**	**9° mês**	**10° mês**	**11°mês**	**12°mês**
RECURSO PUBLICO						

13 – CONTRAPARTIDA (relacionar recursos disponibilizados: humanos, material permanente, transporte, alimentação, material pedagógico, entre outros, que correspondem à contrapartida da entidade).

14 – DECLARAÇÃO DE GRATUIDADE

(DECLARAMOS, sob as penas da lei, que as atividades são executadas gratuitamente conforme exigência da Resolução CNAS nº 16/2010).

(Caso exista cobrança parcial do atendimento, declarar que é feita a cobrança e indicar com base em que instrumento legal ela é feita).

15 – IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS

Local, ...de ... de 2026.

_____

ANEXO V

ANEXO RP-09 - REPASSES AO TERCEIRO SETOR- TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO - TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO

ÓRGÃO/ENTIDADEPÚBLICO(A): _____
ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARCEIRA: _____
TERMO DE COLABORAÇÃO/FOMENTO N° (DE ORIGEM):_____
OBJETO: _____
VALOR DO AJUSTE/VALOR REPASSADO (1): _____
EXERCÍCIO (1):_____
ADVOGADO(S)/NºOAB/E-MAIL:(2)_____

Pelo presente TERMO,nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido e seus aditamentos / o processo de prestação de contas, estará(ão) sujeito(s) a análise e julgamento peloTribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões,mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais do(s) responsável(is) pelo órgão concessor e entidade beneficiária, estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);

2. damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DA ENTIDADE BENEFICIÁRIA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou Parecer Conclusivo:

PELO ÓRGÃO PÚBLICO PARCEIRO:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste e/ou prestação de contas:

PELA ENTIDADE PARCEIRA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

---

(1) Valor repassado exercício, quando se tratar de processo de prestação de contas.

(2) Facultativo.Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

ANEXOVI

DECLARAÇÃODANÃOOCORRÊNCIADEIMPEDIMENTOS

Declaro paraos devidosfins, que a *[identificação da organização da sociedade civil – OSC]* e seus dirigentes não incorrem em quaisquer das vedações previstas no art.39 da Lei Federal nº 13.019/14. Nesse sentido, a citada entidade:

I. Está regularmente constituída e inscrita no Conselho de Assistência Social do Município de Severínia/SP;

II. Não foi omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

III. Não tem como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau. *Observação: a presente vedação não se aplica às entidades que, pela sua própria natureza, sejam constituídas pelas autoridades ora referidas (o que deverá ser devidamente informado e justificado pela OSC),sendo vedado que a mesma pessoa figure no instrumento de parceria simultaneamente como dirigente e administrador público (art. 39, §5º, da Lei nº 13.019, de 2014)*;

IV. Não teve as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 05 (cinco) anos, observadas as exceções previstas no art. 39, caput, inciso IV, alíneas “a” a “c”, da Lei Federal nº 13.019/14;

V. Não se encontra submetida aos efeitos das sanções de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração, declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública, suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora e, por fim, declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo;

VI. Não teve contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; e

VII. Não tem entre seus dirigentes pessoa cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos; julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação; ou considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei Federal nº 8.429/92.

Local, ... de ... de 2026.

(Nome e Cargo do Representante Legal da OSC)

ANEXO VII

MINUTA DE TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SEVERÍNIA/SP E A [ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL], OBJETIVANDO A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DAS FAMÍLIAS COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA E FRAGILIDADE DE VÍNCULOS FAMILIARES.

O **MUNICÍPIO DE SEVERÍNIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob nº 46.596.235/0001-99, com sede administrativa na Rua Capitão Augusto de Almeida, n° 332, na cidade de Severínia/SP, por seu prefeito municipal, o Sr. Guilherme Augusto de Almeida Secchieri, portador da cédula de identidade RG n.º 00000000 e inscrito no CPF/MF sob n.º 0000000000, doravante MUNICÍPIO, e [ORGANIZAÇÃODA SOCIEDADE CIVIL], com sede [logradouro, número, bairro, cidade, MUNICÍPIO], inscrita no CNPJ/MF sob n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, representada neste ato, por seu [cargo do dirigente / procurador], [NOME COMPLETO DO DIRIGENTE/PROCURADOR], portador da cédula de identidade RG n.º XX.XXX.XXX-X e inscrito no CPF/MF sob n.º XXX.XXX.XXX-XX, doravante OSC, com fundamento no que dispõem a Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e suas alterações, resolvem firmar o presente Termo de Colaboração, que será regido pelas cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Colaboração, decorrente de Edital de Chamamento Público nº 00/2025, tem por objeto a **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS DAS FAMÍLIAS COM PESSOAS COM DEFICIÊNCIA EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONOMICA E FRAGILIDADE DE VÍNCULOS FAMILIARES**, consoante o plano de trabalho, parte integrante indissociável deste ajuste (Anexo IV).

PARÁGRAFO ÚNICO - O plano de trabalho poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente e após proposta previamente justificada pela OSC e acolhida em parecer técnico favorável do órgão competente ratificado pelo Titular da Secretaria, vedada alteração do objeto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES

São responsabilidades e obrigações, além de outros compromissos assumidos por meio deste termo e respectivo plano de trabalho, os previstos na Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e legislação e regulamentação aplicáveis à espécie:

I - DO MUNICÍPIO:

(a) Elaborar e conduzir a execução da política pública;

(b) Emanar diretrizes sobre a política pública a ser executada por meio do presente termo, estabelecendo conceitos e critérios de qualidade a serem observados pela OSC;

(c) acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do objeto deste termo, devendo zelar pelo alcance dos resultados pactuados e pela correta aplicação dos recursos repassados;

(d) prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto da parceria em toda sua extensão e no tempo devido;

(e) repassar à OSC os recursos financeiros previstos para a execução do objeto da parceria, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto, que guardará consonância com as metas, fases ou etapas de execução do objeto;

(f) manter, em seu sítio eletrônico, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento;

(g) publicar, no Diário Oficial do MUNICÍPIO, extrato deste termo e de seus aditivos, contendo, pelo menos, o nome do gestor da parceria e do signatário representante da OSC;

(h) instituir Comissão de Monitoramento e Avaliação (CMA), por ato da autoridade competente, a ser publicado no Diário Oficial do MUNICÍPIO;

(i) emitir relatório técnico de monitoramento de avaliação da parceria;

(j) analisar os relatórios gerenciais financeiros e de resultados;

(k) analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis.

(l) disponibilizar na íntegra, em seu site eletrônico, o teor deste termo e de seus aditivos, bem como de todos os relatórios gerenciais de resultados eda CMA, no decorrer do desenvolvimento dos serviços;

(m) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos;

(n) na hipótese de inexecução exclusiva por culpa da OSC, o MUNICÍPIO poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas, retomar os bens públicos em poder da OSC, qualquer que tenha sido a modalida de ou título que concedeu direitos de uso de tais bens e/ou, assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC até o momento em que o MUNICÍPIO assumiu essa responsabilidade;

(o) divulgar pela internet os meios para apresentação de denúncia sobre a aplicação irregular dos recursos transferidos.

II - DA OSC:

(a) apresentar relatórios de execução do objeto e de execução financeira, elaborados eletronicamente por meio de formulários próprios constantes do sítio eletrônico do

MUNICÍPIO e contendo:

1. Comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de justificativas para todos os resultados não alcançados e propostas de ação para superação dos problemas enfrentados;

2. Demonstrativo integral da receita e despesa realizadas na execução, em regime de caixa e em regime de competência; e

3. Comprovanteseregularidadefiscal,trabalhistaeprevidenciária.

(a) prestar contas, eletronicamente, por meio de formulários próprios constantes do sítio eletrônico do MUNICÍPIO, da totalidade das operações patrimoniais e resultados da parceria, de acordo com a legislação e regulamentação aplicáveis;

(b) executar o plano de trabalho - isoladamente ou por meio de atuação em rede, na formadoartigo35-A,daLeiFederaln.º13.019,de31dejulhode2014 -bemcomoaplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

(c) zelar pela boa qualidade das ações e serviços pelo Município, buscando alcançar os resultados pactuados de forma otimizada;

(d) observar, no transcorrer da execução de suas atividades, todas as orientações emanadas do MUNICÍPIO;

(e) responsabilizar-se, integral e exclusivamente, pela contratação e pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

(f) divulgar, no seu site eletrônico e em locais visíveis de suas redes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, na forma e prazos definidos pelo MUNICÍPIO, todas as parcerias celebradas com esse último, observando-se as informações mínimas exigidas e eventuais restrições de segurança que impeçam a sua divulgação, na forma da lei;

(g) indicar pelo menos um representante para acompanhar os trabalhos da CMA, no prazo de 12 (doze) dias contados da data de assinatura deste instrumento;

(h) manter e movimentar os recursos financeiros repassados para a execução do objeto da parceria em uma única e exclusiva conta bancária, aberta junto ao Banco do Brasil, observado o disposto no artigo 51 da Lei Federal n.º13.019, de 31 de Julho de 2014, de 2014;

(i) manter registros, arquivos e controles contábeis específicos para os dispêndios relativos ao objeto da parceria;

(j) assegurar que toda divulgação das ações objeto da parceria seja realizada com o consentimento prévio e formal do MUNICÍPIO, bem como conforme as orientações e
diretrizes acerca da identidade visual estipulada pelo Departamento Competente do Município;

(k) utilizar os bens, materiais e serviços custeados com recursos públicos vinculados à parceria em conformidade com o objeto pactuado;

(l) permitir e facilitar o acesso de agentes do MUNICÍPIO, membros dos conselhos gestores da política pública, quando houver, da CMA e demais órgãos de fiscalização interna e externa a todos os documentos relativos à execução do objeto da parceria, prestando-lhes todas e quaisquer informações solicitadas, bem como aos locais de execução do objeto;

(m) responsabilizar-se pela legalidade e regularidade das despesas realizadas para a execução do objeto da parceria, pelo que responderá diretamente perante o MUNICÍPIO e demais órgãos incumbidos da fiscalização nos casos de descumprimento;

(n) responsabilizar-se, exclusivamente, pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

CLÁUSULA TERCEIRA – DO GESTOR DA PARCERIA

O gestor fará a interlocução técnica com a OSC, bem como o acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto da parceria, devendo zelar pelo seu adequado cumprimento e manter o MUNICÍPIO informado sobre o andamento das atividades, competindo-lhe em especial:

(a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;

(b) informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

(c) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o teor do relatório técnico de monitoramento e avaliação;

(d) disponibilizar ou assegurar a disponibilização de materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação;

(e) comunicara o administrador público a inexecução por culpa exclusivada OSC;

(f) acompanhar as atividades desenvolvidas pela OSC e monitorar a execução do objeto da parceria nos aspectos administrativo, técnico e financeiro, propondo as medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas e os resultados observados, com o assessoramento que lhe for necessário;

(g) realizar atividades de monitoramento, devendo estabelecer práticas de acompanhamento e verificação no local das atividades desenvolvidas, mediante agenda de reuniões e encontros com os dirigentes da OSC, para assegurar a adoção das diretrizes constantes deste termo e do plano de trabalho;

(h) realizar a conferência e a checagem do cumprimento das metas e suas respectivas fontes comprobatórias, bem como acompanhar e avaliar a adequada implementação da política pública, verificando a coerência e veracidade das informações apresentadas nos relatórios gerenciais;

§1.º - O gestor ficará designado somente no ato da celebração da parceria.

§ 2.º - O gestor da parceria poderá ser alterado a qualquer tempo pelo MUNICÍPIO, por meio de simples apostilamento.

§ 3.º - Em caso de ausência temporária do gestor, a Secretária Municipal de Assistência Social ou quem ela indicar assumirá a gestão até o retorno daquele.

§ 4.º - Em caso de vacância da função de gestor, a Secretária Municipal de Assistência Social ou quem ela indicar assumirá interinamente a gestão da parceria, por meio de simples apostilamento, até a indicação de novo gestor.

CLÁUSULA QUARTA – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados alcançados com a execução do objeto da parceria devem ser monitorados e avaliados sistematicamente por meio de relatórios técnicos emitidos por responsável designado pelo Secretário Municipal de Assistência Social em ato próprio, na forma do artigo 59, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

PARÁGRAFO ÚNICO - A periodicidade e a quantidade dos relatórios técnicos previstos no caput desta cláusula serão estipuladas pela CMA.

CLÁUSULA QUINTA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Compete à CMA:

(a) homologar, independentemente da obrigatoriedade de apresentação de prestação de contas pela OSC, o relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o artigo 59, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014;

(b) avaliar os resultados alcançados na execução do objeto da parceria, de acordo com informações constantes do relatório técnico de monitoramento e avaliação, e fazer recomendações para o atingimento dos objetivos perseguidos;

(c) analisar a vinculação dos gastos da OSC ao objeto da parceria celebrada, bem como a razoabilidade desses gastos;

(d) solicitar, quando necessário, reuniões extraordinárias e realizar visitas técnicas na OSC e no local de realização do objeto da parceria com a finalidade de obter informações adicionais que auxiliem no desenvolvimento dos trabalhos;

(e) solicitar aos demais órgãos do MUNICÍPIO ou à OSC esclarecimentos que se fizerem necessários para subsidiar sua avaliação;

(f) emitir relatório conclusivo sobre os resultados alcançados no período, contendo a nota da parceria, avaliação das justificativas apresentadas no relatório técnico de monitoramento e avaliação, recomendações, críticas e sugestões.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

O valor total da presente parceria é de R$ XXX.XXX,XX (valor da parceria por extenso), sendo R$ XXX.XXX,XX (valor da parcela do MUNICÍPIO, por extenso) de responsabilidade do MUNICÍPIO, onerando Fundo Municipal da Assistência Social – FMAS em R$ XXXX.XXXX (valor por extenso) e Federal, no valor de R$ XXXX (valor por extenso) e R$ XXXXXXX (valor da contrapartida [financeira/não financeira]).

§ 1.º - Os recursos financeiros, de que trata o caput desta cláusula, serão transferidos à OSC na forma do cronograma de desembolso constante do plano de trabalho, sendo que as parcelas subsequentes à primeira apenas serão liberadas após aprovação da prestação de contas das parcelas precedentes.

§ 2.º - A contrapartida, quando houver, em bens e/ou serviços economicamente mensuráveis, fica avaliada em R$ XXX. XXX,XX (valor da contrapartida por extenso) e ficará gravada com cláusula de inalienabilidade no caso de bensmóveis e imóveis, para a continuidade da execução do objeto após o término da vigência desta parceria.

§ 3º - Havendo saldo remanescente do repasse de recursos anteriores, o valor do repasse subsequente corresponderá ao valor previsto no cronograma de desembolso subtraído do referido saldo remanescente, garantindo-se que, ao final de cada período de avaliação, seja disponibilizado o montante de recursos necessários à execução do objeto daparceria.

§ 4º - Não serão computados como saldo remanescente os valores referentes a compromissos já assumidos pela OSC para alcançar os objetivos da parceria, bem como os recursos referentes às provisões para liquidação de encargos.

§ 5º - É vedada a realização de despesas, à conta dos recursos destinados à parceria, para finalidades diversas ao objeto pactuado, mesmo que em caráter de urgência.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA CESSÃO E DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS PÚBLICOS

Durante o período de vigência desta parceria, poderão ser destinados à OSC bens públicosnecessáriosao seu cumprimento,osquaispoderão serdisponibilizadospormeio de disposição constante do plano de trabalho, de permissão de uso ou de instrumento equivalente em que se transfira a responsabilidade pelo seu uso e guarda, na forma dalei.

§ 1.º - Os bens adquiridos pela OSC com recursos da parceria não compõem o patrimônio desta e deverão ser utilizados em estrita conformidade com o objeto pactuado.

§ 2.º - Extinto o ajuste por realização integral de seu objeto, os bens adquiridos com recursos da parceria poderão ser doados à própria OSC, de acordo com o interesse público, mediante justificativa formal do Secretário Municipal de Assistência Social, atendidas as normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA OITAVA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A OSC elaborará e apresentará ao MUNICÍPIO prestação de contas na forma discriminada nesta cláusula,observando-se o CapítuloIV, da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e demais legislação e regulamentação aplicáveis.

§ 1.º - Os originais das faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas deverão ser emitidos em nome da OSC, devidamente identificados com o número do Processo XXXX/XXXX, e mantidos em sua sede, em arquivo e em boa ordem, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados a partir da aprovação da prestação de contas ou da tomada de contas especial pelo Tribunal de Contas do MUNICÍPIO, relativa ao exercício da gestão, separando-se os de origem pública daqueles da própria OSC.

§ 2.º - A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica a ser disponibilizada no portal de parcerias do Município de Severínia/SP, permitindo a visualização por qualquer interessado.

§ 3.º - Até que se institua o portal de que trata o parágrafo anterior, referida prestação e atos subsequentes serão realizados na forma indicada pelo MUNICÍPIO, sendo utilizados, para tanto, os instrumentais disponíveis no sítio eletrônico do MUNICÍPIO.

§ 4.º - Sem prejuízo da plena observância dos normativos apontados no caput desta cláusula, bem como das instruções oriundas da Secretaria Municipal de Assistência Social e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a OSC prestará contas nos seguintes prazos, devendo sempre conter a documentação comprobatória (via original) da aplicação dos recursos recebidos mensalmente, conforme previsão no plano de trabalho, devidamente acompanhado dos relatórios de execução do objeto e de execução financeira; extratos bancários conciliados, evidenciando a movimentação do recurso e rentabilidade do período; relatório de receita e de despesas e, quando houver, relação nominal dos atendidos:

I. Prestação de contas mensal: até o 10.º (décimo) dia útil do mês subsequente ao do repasse;

II. Prestação de contas anual: até 31 (trinta e um) de dezembro do exercício vigente e, se for o caso, do subsequente;

III. Prestação de contas final: até 90 (noventa) dias, contados do término de vigência da parceria;

§5.º - Apresentada a prestação de contas parcial e anual, emitir-se-á parecer:

(a) técnico,a cerca da execução física e atingimento dos objetivos da parceria.

(b) financeiro, a cerca da correta e regular aplicação dos recursos da parceria.

§ 6.º - Para fins de comprovação dos gastos, não serão aceitas despesas efetuadas em data anterior ou posterior ao período de vigência da parceria.

§ 7.º - Não poderão ser pagas com recursos da parceria, despesas em desacordo com o plano de trabalho, bem como aquelas decorrentes de multas, juros, taxas ou mora, referentes a pagamentos ou recolhimentos fora do prazo e a título de taxa de administração.

§ 8.º - A falta de prestação de contas nas condições estabelecidas nesta cláusula e na legislação aplicável, ou a sua desaprovação pelos órgãos competentes do MUNICÍPIO, implicará a suspensão das liberações subsequentes, até a correção das impropriedades ocorridas.

§ 9.º - A responsabilidade da OSC pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e à execução do objeto da parceria é exclusiva, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO pelos respectivos pagamentos, qualquer oneração do objeto da parceria ou restrição à sua execução.

CLÁUSULA NONA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

§ 1º. O prazo de vigência da parceria será de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, a critério da Administração Pública, por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, condicionado à disponibilidade orçamentária e financeiro de cada exercício.

§2º. Havendo motivo relevante e interesse dos partícipes, a parceria poderá ter seu prazo de execução prorrogada para cumprir o plano de trabalho, mediante termo aditivo, respeitada a legislação vigente, após projeto previamente justificado pela OSC e autorização do titular da Secretaria, baseada em parecer técnico favorável do órgão competente.

§ 3.º - O MUNICÍPIO prorrogará de ofício a vigência da parceria quando der causa ao atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada à parceria serão, obrigatoriamente, seguidas as orientações contidas no Manual de Identidade Visual do MUNICÍPIO de Severínia/SP.

§1.º - É vedada à OSC a realização de qualquer ação promocional relativa ao objeto da parceria sem o consentimento prévio e formal do MUNICÍPIO.

§ 2.º - Caso a OSC realize ação promocional sem a aprovação do MUNICÍPIO e com recursos da parceria, o valor gasto deverá ser restituído à conta dos recursos disponibilizados e o material produzido deverá ser imediatamente recolhido.

§ 3.º - A divulgação de resultados técnicos, bem como todo e qualquer ato promocional relacionado ao desenvolvimento ou inovação tecnológica e/ou metodológica, decorrentes de trabalhos realizados no âmbito da presente parceria deverá apresentar a marca do Município de Severínia/SP, sendo vedada a sua divulgação total ou parcial sem o consentimento prévio e formal do MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

A presente parceria poderá, a qualquer tempo, ser denunciada por qualquer dos partícipes mediante notificação escrita com antecedência de 60 (sessenta) dias e será rescindido por infração legal ou descumprimento das obrigações assumidas, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne jurídica, material ou formalmente inexequível.

§ 1.º - Ocorrendo a rescisão ou a denúncia do presente ajuste, MUNICÍPIO e OSC responderão pelas obrigações assumidas até a data de assinatura do respectivo termo de encerramento, devendo a OSC apresentar ao MUNICÍPIO, no prazo de até 30 (trinta) dias, a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações assumidas até aquela data.

§ 2.º - Havendo indícios fundados de malversação do recurso público, o MUNICÍPIO deverá instaurar Tomado de Contas Especial, para apurar irregularidades que tenham motivado a rescisão da parceria;

.

§ 3.º - Quando da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção do presente ajuste, não tendo ocorrido à utilização total dos recursos financeiros recebidos do MUNICÍPIO, fica a OSC obrigada a restituir ao Fundo onerado, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da data do evento, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, acrescidos de correção monetária e de juros de mora, devendo encaminhar o respectivo comprovante de depósito bancário à Secretaria Municipal de Assistência Social.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

Este termo poderá ser alterado, mediante termo aditivo, em qualquer de suas cláusulas e condições, exceto no que tange ao seu objeto, de comum acordo, desde que tal interesse seja manifestado por qualquer dos partícipes, previamente e por escrito, observado o disposto no parágrafo único da Cláusula Primeira.

CLÁUSULA DÉCIMATERCEIRA - DAS RESPONSABILIZAÇÕES E DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014 e da legislação específica, o MUNICÍPIO poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC assanções previstas no artigo 73 da Lei Federal n.º 13.019, de 31 de julho de 2014.

§ 1.º - Aplicadas as sanções previstas no caput desta cláusula, deverão ser as mesmas registradas no portal de parcerias com organizações da sociedade civil.

§ 2.º - Enquanto não implantado o portal de que trata o parágrafo anterior, as sanções serão registradas no sítio eletrônico do Município e comunicadas ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo e ao Ministério Público do Estado de São Paulo.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Acordam as partes, ainda, em estabelecer as condições seguintes.

§ 1.º - Os trabalhadores contratados pela OSC não guardam qualquer vínculo empregatício com o MUNICÍPIO, inexistindo, também, qualquer responsabilidade desse último em relação às obrigações trabalhistas e demais encargos assumidos pela OSC.

§ 2.º - O MUNICÍPIO não responde, subsidiária ou solidariamente, pela ausência de cumprimento das obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e comerciais assumidas pela OSC, não se responsabilizando, ainda, por eventuais demandas judiciais.

§ 3.º - A OSC deverá entregar ao MUNICÍPIO, mensalmente, sob a forma de meio magnético ou por transmissão eletrônica, a relação nominal atualizada dos beneficiários das ações relativas à parceria, de acordo com o modelo e instruções fornecidos pelo MUNICÍPIO, a fim de integrar o respectivo cadastro próprio de instituições, na forma do regulamento.

§ 4.º - Todas as comunicações relativas a essa parceria serão consideradas como regularmente efetuadas quando realizadas por meio eletrônico.

§ 5.º - As exigências que não puderem ser cumpridas por meio eletrônico deverão ser supridas através da regular instrução processual, em meio físico.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Olímpia/SP para dirimir quaisquer questões resultantes da execução ou da interpretação deste instrumento e que não puderem ser resolvidas administrativamente. E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente termo, em 2 (duas) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas, para que produza os efeitos legais.

Severínia/SP, [dia] de [mês] de 2026.

GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI
Prefeito Municipal

MAIARA AVELINO BERNI
Secretária Municipal deAssistênciaSocial

[NOME DO DIRIGENTE/PROCURADOR DA OSC]
[cargo do dirigente/procurador] da OSC

Testemunhas:
Nome:
RG:
CPF:

Testemunhas:
Nome:
RG:
CPF:

Aditivos / Aditamentos / Supressões

DESPACHO DE AUTORIZAÇÃO
ADITAMENTO CONTRATUAL

Considerando a manifestação dos órgãos desta Prefeitura**, AUTORIZO** a formalização do **1º Termo Aditivo** ao **contrato n° 0303/2025**, firmado junto à empresa **ADORE EVENTOS LTDA** (CNPJ n° 12.377.872/0001-52), destinado à **CONTRATAÇÃO DE SHOW COM O CANTOR "JULIANO SON" EM VIRTUDE DA REALIZAÇÃO DO DIA DO EVANGÉLICO,** para que seja remarcado nova data para realização do show inicialmente previsto para ser realizado em 13/12/2025, a ser realizado em nova data **20/02/2026**. **AUTORIZO** o empenhamento do valor de **R$ 8.450,00 (oito mil quatrocentos e cinquenta reais)** a título de acréscimo a fazer frente as despesas com remarcação do evento, mantendo-se as demais cláusulas contratuais.

Severínia/SP, 14 de janeiro de 2026.

_____
GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI
Prefeito de Severínia/SP

Despacho do Agente de Contratação
Inexigibilidade de Licitação n° 022/2025
Contrato Administrativo n° 0303/2025

Assunto: Remarcação para realização de show artístico.

Contratada: ADORE EVENTOS LTDA.

ANALISANDO os autos do processo em epígrafe, a justificativa da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, **DEFIRO** o pedido para que seja remarcado a realização do show artístico inicialmente previsto para 13/12/2025 para a **nova data em 20/02/2026**, bem como acréscimo de valor de R$ 8.450,00 (oito mil quatrocentos e cinquenta reais) a título de acréscimo a fazer frente as despesas com remarcação do evento, mantendo-se as demais cláusulas contratuais.

No mais, encaminhe-se ao Senhor Prefeito Municipal para análise e manifestação.

Severínia/SP, 14 de janeiro de 2026.
Cláudio Miguel
Agente de Contratação

.....

DESPACHO DE INDEFERIMENTO

Considerando a manifestação dos órgãos desta Prefeitura, **INDEFIRO** o pedido de reequilíbrio econômico-financeiro ao item DIESEL COMUM S10 da Ata de Registro de Preços n° 003/2025, oriunda do Pregão Eletrônico n° 006/2025, junto a empresa **AGRODIESEL TRR GENERAL SALGADO LTDA** (CNPJ n° 00.409.382/0001-01), por ausência de comprovação dos requisitos legais indispensáveis à revisão extraordinária dos preços registrados, notadamente a demonstração de fato superveniente, imprevisível e extraordinário, do nexo causal com a execução e da materialidade do impacto sobre o item, bem como por não atender ao disposto no artigo 124, inciso II, alínea "d", da Lei federal nº 14.133/21.

Comunique-se a interessada.

Publique-se.

Severínia/SP, 14 de janeiro de 2026.
GUILHERME AUGUSTO DE ALMEIDA SECCHIERI
Prefeito de Severínia/SP

.....

COORDENAÇÃO DE TURISMO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMTUR

A Prefeitura Municipal de Severínia, por meio da Coordenadoria Municipal de Turismo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente, Lei n. 2971, de 15 de setembro de 2025, convoca os MEMBROS do Conselho Municipal de Turismo – COMTUR, para reunião ordinária mensal que será realizada no:

Dia: 16/01/2026
Horário: 20h
Local: GAVS - Associação Grupo Amigos Voluntários de Severínia. Rua Capitão Augusto de Almeida, 549 Centro.

Na ocasião, serão tratados os seguintes assuntos:

1. **PLANEJAMENTO** para ano de 2026**.**
2. Leitura da **PESQUISA DE DEMANDA**.
3. **FEIRA** artesanal, gastronômica, cultural e turística de Álvora.

Publique-se, divulgue-se e cumpra-se.
Severínia, 14 de janeiro de 2026.

Sandra Regina Domingos de Brito
Coordenadora Municipal de Turismo

Telefone: (17) 9 9749-1106
Email: turismo@severinia.sp.gov.br

PREFEITURA SEVERÍNIA
DE PORTAS ABERTAS PARA O POVO! ADM: 2025 - 2028